



Biblioteca pública e regime militar no Brasil: desvendando discursos autoritários

*Public library and military regime in Brazil: Unraveling
authoritarian discourses*

Eliany Alvarenga de Araújo ^{a,*} 

RESUMO: Análise discursiva da relação entre o regime militar (período inicial:1964-1970) e biblioteca pública no Brasil a partir de ações desenvolvidas pelo Instituto Nacional do Livro-INL e registradas em documentos oficiais sobre políticas culturais no contexto citado. Vale salientar que as bibliotecas públicas brasileiras estão originariamente situadas junto as estruturas culturais do Estado e vivenciam, de forma direta, as orientações discursivas geradas no âmbito estatal. No contexto político autoritário analisado a biblioteca pública atuou como espaço de divulgação do discurso da segurança nacional defendida pelo regime militar, ficando desta forma, submissa a diretrizes culturais autoritárias. Neste momento de autoritarismo político a biblioteca pública brasileira se apresentou como uma instituição cultural carente de produção espontânea em termos discursivos, ou seja, incapaz de gerar uma lógica discursiva e, conseqüentemente, uma proposta cultural independente dos discursos elaborados pelo regime militar.

Palavras-chave: Biblioteca Pública Brasileira; Regime Militar (Período Inicial: 1964-1970) e Política Cultural; Biblioteca Pública e Regime Militar no Brasil (Período Inicial: 1964-1970).

ABSTRACT: Discursive analysis of the relationship between military regime (first period: 1964-1970) and the public library in Brazil from actions developed by the Instituto Nacional do Livro-INL and recorded in official documents on cultural policies in the context of the military regime in the period mentioned. It is Worth noting that Brazilian public libraries are originally located next to the cultural structures of the State and directly experience the discursive guidelines generated at the state level. In the authoritarian political context analyzed, the public library acted as a space for disseminating the national security Doctrine defended by military regime, thus being subject to authoritarian cultural guidelines. In this moment of political authoritarianism, the Brazilian publica library presented itself as a cultural institution lacking spontaneous production in discursive terms, that is, incapable of generating a discursive logic and, consequently, a cultural proposal independent of the discourse elaborated by the military regime.

Keywords: Brazilian Public Library; Military Regime (First Period: 1964-1970) and Cultural Policy; Public Library and Military Regime in Brazil (First Period: 1964-1970).

^a Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Eliany Alvarenga de Araújo. E-mail: eliany.alvarenga@ufg.br.

Recebido em/Received: 31/08/2023; Aprovado em/Approved: 08/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

Concepções e práticas de preservação do patrimônio cultural culminaram com a criação de bibliotecas. Originalmente estas instituições surgiram com a função precípua de preservação dos registros documentais (gráficos e visuais, em sua grande maioria). Com o decorrer o tempo e com o ritmo acelerado da produção intelectual as bibliotecas acrescentaram as funções de organização e disseminação de registros do conhecimento.

Esta compreensão geral sobre a origem das bibliotecas permite o direcionamento do nosso olhar para as bibliotecas públicas. A origem do conceito da biblioteca pública (biblioteca para o uso de todos os cidadãos) se deu na Europa a partir de um longo processo histórico que reuniu o humanismo renascentista, a invenção da imprensa e a reforma protestante. Em termos da concretização deste conceito, temos que, muito tempo se passou, pois apenas no início do século 19 são criadas bibliotecas como organizações gerenciadas pelo Estado, conforme atualmente são conhecidas e voltadas para todos os cidadãos. Conforme Brighenti (1984, p. 25),

Por volta de 1850 na Europa, a leitura passa a ser considerada como uma atividade de interesse social, sobre a qual o poder público iria debruçar-se progressivamente, devendo sua organização e consequências fazerem parte das preocupações e competência do Estado.

No Brasil dois momentos marcam a origem e o desenvolvimento das bibliotecas públicas. Num primeiro momento pode-se encontrar esforços individuais (pessoas e grupos) que tentam criar e gerenciar estas instituições. É neste sentido que (Brighenti 1984) afirma que até o primeiro quartel do século 20, as bibliotecas foram criadas muito mais pelas circunstâncias do que pela iniciativa direta dos governos. Assim, muito esforço dedicado a criação e manutenção de bibliotecas públicas era perdido diante da ausência de recursos de diferentes ordens (financeiros, materiais e humanos). Neste sentido Moraes (1983, p. 19) afirma que,

Não existia o menor plano que pudesse canalizar uma comunidade de esforços. Todas elas levavam uma vidinha burocrática de repartição que não dá renda. Relegadas em prédios velhos, em salas escuras de secretarias, sem verba, sem pessoal, muitas delas sequer conseguiam preservar seus acervos. Os bichos os devoravam sossegadamente, sob as vistas de bibliotecários desanimados.

Em 1937, em plena vigência do Estado Novo, foi criado o Instituto Nacional do Livro-INL vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde. Este instituto tinha por competência, entre outras, incentivar a criação e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Por meio deste ato de criação inicia-se oficialmente a relação do Estado brasileiro com as bibliotecas públicas que, passam a ser consideradas componentes da estrutura cultural do governo. Esta incorporação se dá até os dias atuais no âmbito das três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A partir destas considerações iniciais este texto objetiva analisar a relação entre o regime militar (período inicial: 1964-1970) e biblioteca pública no Brasil por meio de ações desenvolvidas pelo Instituto Nacional do Livro-INL. Vale salientar que o período delimitado se justifica como extremamente significativo pois representa, em termos amplos, o momento inicial do regime militar junto a estrutura do governo federal brasileiro e, em termos específicos, a ocupação da esfera cultural/biblioteca pública por uma lógica discursiva autoritária denominada de discurso da segurança nacional . Neste momento foram planejadas e implementadas políticas setoriais que se constituíram em marcos orientadores para todo o período subsequente do estado autoritário que se instalava e que se estendeu até 1985. Considera-se que a análise desta relação pode revelar processos de construção de ideologias que fortaleceram visões de mundo que orientam a atuação da biblioteca pública no Brasil até os dias atuais.

Vale salientar que esta reflexão será realizada por meio da análise discursiva de documentos produzidos a partir de políticas culturais desenvolvidas no contexto do regime militar (período inicial: 1964-1970), em especial de políticas traçadas pelo Instituto Nacional do Livro-INL no período citado. Neste sentido o primeiro passo, após a coleta dos documentos pertinentes, foi a construção do corpo discursivo. Conforme Pinto (1989, p. 57),

Este corpo discursivo está constituído por uma pluralidade de discursos que possuem temporalidades diversas, identidades próprias e que interagem, transformando-se constantemente.

Assim, na construção do corpo discursivo contemplou-se o elemento específico (discurso do INL sobre o livro e as bibliotecas públicas) e o elemento geral (a pluralidade dos outros discursos: econômico e político) do regime militar em seu período inicial (1964/1970). Num segundo momento foi necessário buscar as condições sociais que possibilitaram a existência destes discursos; ou seja; que locais, atores sociais e significações existentes na sociedade geram espaço para a emergência de tais discursos. Assim, identificou-se que o local de enunciação dos discursos era o Estado brasileiro sob o regime político construído pelo golpe militar de 1964. Os atores que “davam vida” a estes discursos eram agentes políticos que planejavam e gerenciavam as políticas culturais do INL no período delimitado. O terceiro momento metodológico se deu a partir da seleção, organização e leitura dos documentos que continham os corpos discursivos delimitados. Estes documentos foram os seguintes:

-BRASIL. 1969. **Instituto Nacional do Livro**: Planos, fatos e resultados. Brasília: 1969. (Relatório de Atividades do INL entre 1967-1969).

-BRASIL. 1967. Instituto Nacional do Livro. **Revista do Livro**. n.31.

-BRASIL. 1968. Instituto Nacional do Livro. **Revista do Livro**. n.32.

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA SEGURANÇA NACIONAL COMO LUGAR DE ORIGEM

Conforme (Sader 1982) o golpe militar de 1964 pode ser explicado por razões econômicas (necessidade de reorganização da economia brasileira para a inserção no processo de internacionalização do capital) e por razões sócio-políticas (contenção das fortes ativações dos setores populares por transformações sociais e a extinção do estado populista). Este autor considera que as ditaduras militares, instaladas durante as décadas de 60 e 70, em alguns países latino-americanos, tornaram-se a forma política mais adequada ao exercício da dominação burguesa no continente. No Brasil, conforme (Sader 1982), o estado burocrático-militar substituiu o estado constitucional em março de 1964. Assim, Sader (1982, p. 45) afirma que,

As principais metas do primeiro governo militar, comandado pelo General Castello Branco, eram a contenção do processo inflacionário e a retomada do desenvolvimento econômico. Argumentando que as reformas econômicas necessárias supunham segurança e equilíbrio da nação, as forças militares abafaram qualquer manifestação de descontentamento e oposição, através do ato institucional nº1 (que prorrogou o mandato do general Castello Branco e cancelou as eleições presidenciais de 1965) e o ato institucional nº 2 (que suspendeu as garantias constitucionais, autorizou cassações e intervenções em governos estaduais e municipais e a extinção dos partidos políticos). Como consequência destes atos reguladores vieram atos de censura e violências.

Desta forma, o regime militar implantado a partir de março de 1964, caracteriza-se por ser um regime político autoritário, que agregou no executivo o poder exclusivo de decisão. Assim, o estado aumentou num grau ímpar a sua capacidade de controle social.

Conforme citado anteriormente o discurso do desenvolvimento econômico e da segurança nacional adquiriu um valor em si mesmos no período pós-64. Este processo de valorização só se explica dentro do contexto no qual tais elementos se originaram e se desenvolveram. Assim, conforme Caparelli (1986, p. 26),

A doutrina da segurança nacional, esboçada pela Escola Superior de Guerra-ESG, passa a preponderar de forma renovada, pois ocorre a passagem do conceito de “segurança nacional contra a agressão externas” para o conceito de “segurança nacional contra a agressão interna”. Esta mudança no foco da doutrina militar se deu em decorrência da necessidade proclamada de se protegerem os valores democráticos das investidas comunistas (a revolução chinesa ocorreu em 1949 e a revolução cubana em 1959). Assim orientada a ESG encontra um novo tipo de guerra - a revolucionária, na qual o inimigo está dentro do próprio país.

O golpe militar de 1964 encontrou, no discurso da segurança nacional, a base ideológica, sobre a qual exerceria e justificaria suas ações. No campo cultural esta doutrina favoreceu as ações de repressão aos movimentos, tanto culturais, como políticos, que pudessem ameaçar a realização do projeto de desenvolvimento

planejado pelo regime militar. A segurança nacional serviria ao desenvolvimento econômico, o qual se beneficiaria da estabilidade e da harmonia social assim garantida. Esta ideologia está declarada no discurso do General Castello Branco enunciado na aula inaugural do ano letivo de 1967 na Escola Superior de Guerra-ESG e citado por Meira Matos (1975, p. 61-62)

Desenvolvimento e segurança, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico porque, o poder militar está também essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do país. Social, porque mesmo um desenvolvimento econômico satisfatório, se acompanhado de uma excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime. De outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições.

Durante o governo do general Médici (1969/1974) foi instalado o período mais violento em termos da repressão à “subversão”, compreendida então como tudo aquilo que se opunha ao que o governo militar definisse como adequado para o país. A base para sustentar tais ações era o discurso do desenvolvimento econômico e da segurança nacional (originada nos governos militares dos generais Castello Branco e Costa e Silva) e plenamente consolidada no governo de Médici. Este momento é, conforme (Jaguaribe 1985) o período da consolidação autoritária.

A partir desta configuração discursiva, que orientou os governos militares desde sua origem com o golpe de 1964, cabe indagar: Como o discurso da segurança nacional teria se propagado no campo da biblioteca pública brasileira?

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO E DA SEGURANÇA NACIONAL E A BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

Conforme (Bento 1985), a presença dos governos militares no campo cultural reuniu duas forças numa frente consolidada de atuação política: a censura política e o discurso oficial da cultura. Desta forma, em 1967 num esforço de estabelecer estratégias para o desenvolvimento econômico, o então ministério do planejamento elaborou, através do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada-EPEA, uma série de diagnósticos. Um desses estudos foi o “Diagnóstico Preliminar da Cultura” elaborado sobre a direção do General Humberto Peregrino (diretor do Instituto Nacional do Livro no período de 1967/1970) e entregue ao então presidente (General Costa e Silva) em janeiro de 1967. Vale salientar que este seria o primeiro registro documental do governo militar a tentar definir um posicionamento oficial em relação ao campo cultural. Em seu discurso de posse como diretor do Instituto Nacional do Livro-INL, o general Humberto Peregrino (1967, p. 84/89) faz um relato sobre este diagnóstico:

Quanto a nós, cabe registrar, não à guisa de justificativa, mas como compromisso, que a nossa investidura na direção do Instituto Nacional do Livro decorreu do “Diagnóstico Preliminar da Cultura”, de cuja elaboração participamos na qualidade de coordenador dos trabalhos. (...) As raízes desse trabalho identificar-se-ão quando o Marechal Costa e Silva se encontrava ainda à frente da pasta da guerra. De farto, logo ao despontar a candidatura do então ministro da guerra, propusemo-nos a promover a sua aproximação com o meio cultural brasileiro – escritores, artistas, professores. (...) O então ministro (Gen. Costa e Silva), pronta e francamente se interessou pela nossa iniciativa, autorizando-nos no mesmo instante a pô-la em marcha, dentro de um plano que lhe submeteríamos. (...) E foi então que o Marechal recebeu a União Brasileira dos Escritores, cuja diretoria incorporada foi à sua presença levando-lhe um memorial, no qual se fixavam sucinta e objetivamente, cinco pontos considerados pelos escritores, representados por sua entidade de classe, como reivindicações básica perante o futuro governo. (...) Com o presidente eleito, partiu-se para a elaboração do Diagnóstico Preliminar da Cultura. (...) Aqui estaremos, pois, a serviço do livro, tendo, porém, bem presente que, o que se fizer pelo livro, só terá sentido se for feito sob aquele “humanismo social” que o Marechal Costa e Silva apontou como rumo do seu governo.

Conforme este diagnóstico, a cultura é essencialmente social, no entanto, é a partir do Estado que a cultura se desenvolverá, pois este é considerado como o maior promotor da sociabilidade. Assim, o Estado passa a ser o centro controlador da produção cultural do país. Conforme Pereira (1967, p. 120-122)

Pelo diagnóstico os objetivos e finalidades do INL ampliam-se consideravelmente, a tal ponto, que esses objetivos e finalidades deixam de ser simples objetivos e finalidades – convertem-se, mesmo em ampla e fecunda missão da Cultura Nacional. (...) A perspectiva histórica nos indica o absurdo que seria confiarmos a preservação do acervo da herança cultural a um homem (barão, conde ou visconde) ou a uma classe privilegiada. A tarefa dessa preservação compete, mesmo, é ao Instituto Nacional do Livro. O Diagnóstico Preliminar da Cultura, desde o seu pórtico (1.1- Considerações Gerais) situa problemática da cultura numa esfera paralela às da Economia e da Política, afirmando que o desenvolvimento “é ação integrada e integradora, que se desdobra ao mesmo tempo nas faixas econômicas, política e cultural, daí o dilema “ou promovemos o planejamento cultural ou comprometeremos o desenvolvimento. O Diagnóstico dá como tarefa exclusiva e urgente do INL o livro brasileiro – seus problemas e tarefas correlatas.

A análise discursiva do texto citado anteriormente permite que se destaque alguns pontos importantes. Em primeiro lugar afirma-se, neste texto, que a preservação da herança cultural compete ao Estado através do INL. Vale indagar: Sob que compreensão se daria a preservação da rica e diversa herança cultural brasileira? Conforme Bento (1985, p. 8/10),

O período 64/85 foi marcado pela busca de uma política nacional para a cultura orientada pela intenção do controle do Estado na área cultural. Nesta política pode-se assinalar uma contradição básica: a

construção de um discurso nacionalista e democrático inserido num modelo de desenvolvimento autoritário e desnacionalizante. Este Estado surgido com o golpe militar de 1964 procurou definir o tipo de sociedade que ele considerava adequada ao seu projeto político. Dessa forma, procurou desempenhar um papel de estimulador e protetor daquelas atividades culturais que lhe convinha, preservar e estimular, criando, para isso, as necessárias estruturas administrativas. Desta forma foram desprezadas as diferenças socioculturais e a análise histórica que definem a nação. Esse Estado passaria a estabelecer critérios segundo os quais poderiam ser referenciados quaisquer objetivos nacionais explicitados na Lei de Segurança Nacional.

Num segundo momento de análise se destaca a presença da lógica discursiva que elege o livro como seu objeto central, pois Pereira (1967, p. 121) afirma que,

O Diagnóstico dá como tarefa exclusiva e urgente do INL o livro brasileiro – seus problemas e tarefas correlatas.

Considera-se que a exclusividade dada ao livro e seus autores/escritores colaborou para que as precariedades da biblioteca pública brasileira (inadequação de espaços físicos, ausência de bibliotecários, recursos orçamentários inexistentes ou insuficientes) fossem colocadas como tarefa de menor importância. Considera-se que tal situação contribuiu para a permanência dos problemas crônicos e das ausências eternas desta instituição cultural conforme já citado através das reflexões de (Moraes 1983).

Num terceiro momento de análise se destaca a questão da articulação da cultura ao discurso do desenvolvimento econômico. Assim, todos os esforços e todas as ações devem ser implementadas para se atingir tal desenvolvimento. Assim, os campos políticos e culturais devem ser apoiadores de tal esforço. Desta forma, Pereira (1967, p. 121) afirma que:

O desenvolvimento “é ação integrada e integradora, que se desdobra ao mesmo tempo nas faixas econômicas, política e cultural, daí o dilema “ou promovemos o planejamento cultural ou comprometeremos o desenvolvimento”.

Num quarto momento de análise deve-se destacar a natureza da relação proposta pelo INL entre o criador da cultura (o autor/escritor), o transmissor (o livro) e o assimilador desta cultura (o leitor/usuário da biblioteca pública). Nesta relação os elementos principais são o autor e o livro. As bibliotecas públicas e suas carências são secundárias ou simplesmente elementos auxiliares na relação que se propõe entre o Estado/INL (gestor da cultura) e os criadores/transmissores desta cultura (o autor e o livro). Assim, reduzida a mera coadjuvante a biblioteca pública brasileira não tem suas necessidades consideradas no âmbito deste documento de planejamento. Vale ainda salientar que, no texto de (Pereira 1967) sobre o “Diagnóstico Preliminar da Cultura” não são mencionadas as condições educacionais da população brasileira (analfabetismo persistente) que, certamente se relacionam diretamente ao uso limitado da biblioteca pública e seus acervos impressos.

Um último ponto a ser destacado em relação a este diagnóstico é a questão da participação dos produtores culturais (autores/escritores). Vários destes produtores culturais se fizeram presentes, conforme nota publicada na Revista do Livro do INL, n. 32, 1968 no momento da elaboração deste documento. Entretanto, entre os produtores culturais e profissionais da área da cultura, não consta o registro da presença de profissionais bibliotecários. Tal ausência pode explicar a inexistência de dados e análises sobre as carências que dificultavam as atividades da biblioteca pública brasileira, bem como, a ausência de planejamento bibliotecário competente. Esta situação de carência pode ser verificada no texto de (Suaiden 1978). A realidade relatada é posterior ao período analisado neste texto e confirma que as ações planejadas não alcançaram os efeitos planejados. Conforme Suaiden (1978, p. 79),

Vários fatores têm dificultado o desenvolvimento das bibliotecas públicas, entre os quais podemos citar: a) falta de planejamento integrado e de colaboração entre as bibliotecas, o que impede um melhor rendimento dos recursos existentes; b) falta de conscientização dos governantes municipais quanto à importância que a biblioteca pública representa para o desenvolvimento socio-cultural da comunidade; c) carência de recursos financeiros. Geralmente os administradores aplicam nos serviços das bibliotecas 20% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, o que não é suficiente; d) carência de recursos humanos. Segundo dados fornecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, existiam, registrados, até março de 1976, 5869 bibliotecários. Deste número, 3.498 profissionais encontravam-se trabalhando na área do Rio de Janeiro e São Paulo.

Após a elaboração do citado diagnóstico o General Umberto Peregrino (coordenador do diagnóstico e diretor o INL/Gestão: 1967/1970) inicia a implementação das medidas sugeridas no âmbito deste documento. Assim, por meio da leitura do documento intitulado “Instituto Nacional do Livro: Planos, fatos e resultados” pode-se conhecer como se tentou efetivar a relação entre o criador da cultura (o autor/escritor), o transmissor (o livro) e o assimilador desta cultura (o leitor/usuário da biblioteca pública). Assim,

Tendo por determinação armar o INL e acioná-lo como peça da estrutura cultural a que estava afeta a política do livro, fixada pelo Diagnóstico Preliminar da Cultura, esta gestão terá duas metas básicas: a) democratização do livro (isto significa que o livro deverá ser levado a toda parte, por todos os meios, ao maior número de pessoas); b) Incentivo e apoio efetivo ao criador de cultura, através do livro, o escritor. A partir destas metas surgem dois projetos: 1) Unidades Culturais/Centros Cívicos; 2) Sistema de Premiações através do livro. Fonte: BRASIL. 1969. **Instituto Nacional do Livro: Planos, fatos e resultados**. Brasília. (Relatório de Atividades do INL entre 1967-1969).

Estes projetos guiaram as ações desenvolvidas pelo INL no período da gestão do general Umberto Peregrino. Por meio da leitura do documento “Instituto Nacional do Livro: Planos, fatos e resultados” pode-se obter alguns dados sobre a implementação destes projetos. Assim, no projeto da Unidades Culturais/Centros Cívicos é destacada,

A função social destas unidades é despertar a comunidade para a participação na vida cultural da região, com vistas à integração social, à elevação do nível educativo e cultural e conseqüentemente, influenciando no desenvolvimento econômico e na segurança nacional. Fonte: BRASIL. 1969. **Instituto Nacional do Livro**: Planos, fatos e resultados. Brasília. (Relatório de Atividades do INL entre 1967-1969).

As unidades culturais/centros cívicos tinham por objetivo ser uma organização integrada de cultura que tinha na biblioteca pública o seu núcleo central. Para atingir este objetivo, seria necessário a transformação da tradicional biblioteca pública brasileira, ou seja,

Foi idealizado um tipo de biblioteca essencialmente dinâmica capaz de oferecer além de acervo, as mais variadas oportunidades culturais e educativas, para isto, incluem, além dos serviços da organização geral das bibliotecas, serviços de reprografia, mapoteca, encadernação, leitura Braille, banco do livro, serviço de carro-biblioteca. A estrutura das unidades culturais completa-se com: biblioteca infanto-juvenil com escolinha de arte anexa; discoteca pública (com recinto para audições coletas, além de cabines individuais (representará, por sim mesma, grande novidade em várias localidades brasileiras); auditório apropriado para teatro, cinema, além das atividades comuns de auditório; arquivo histórico (com a função de recolher e guardar documentos e relíquias relacionadas a vida cultural da região); museu da palavra; gabinete para trabalho de pesquisadores; sala de exposições. Fonte: BRASIL. 1969. **Instituto Nacional do Livro**: Planos, fatos e resultados. Brasília. (Relatório de Atividades do INL entre 1967-1969).

Conforme relato registrado no documento “Instituto Nacional do Livro: Planos, fatos e resultados” este projeto (Unidades Culturais/Unidades Cívicas) não foi efetivado devido a dificuldade em custear a construção/adaptação dos espaços físicos planejados. O segundo projeto (Sistema de Premiações Culturais através do Livro) foi efetivado e premiou vários escritores até os últimos dias de funcionamento do INL, que foi extinto em 1990, durante o governo Color de Melo.

CONCLUSÕES

As análises apresentadas sobre a relação do regime militar (período inicial: 1964-1970) com a biblioteca pública no Brasil, por meio das ações do Instituto Nacional do Livro-INL procuraram responder a seguinte indagação: Como o discurso da segurança nacional teria se propagado no campo da biblioteca pública brasileira no período analisado?

A presença estatal junto às bibliotecas públicas no período citado se deu a partir de uma lógica discursiva autoritária (discurso da segurança nacional) que caracterizou o estado brasileiro resultante do golpe militar de 1964. As bibliotecas públicas participaram dos programas e projetos do INL de forma secundária e ineficaz, pois foram utilizadas apenas como espaços físicos para receber os livros dos escritores

ganhadores dos prêmios literários do INL. Tal configuração garantiu que fosse atingida a meta principal do INL no período analisado: subsidiar autor/escritor e o livro. Mas, não possibilitou a ampliação da qualidade dos espaços físicos, dos recursos humanos especializados (bibliotecários) e dos recursos financeiros necessários a manutenção das bibliotecas. Assim, considera-se que este padrão de atuação do INL (alimentado pelo discurso da segurança nacional) não teria contribuído para a superação do problema secular da leitura e do acesso democrático à informação no Brasil.

Deve ser salientado, entretanto que a incorporação das bibliotecas públicas ao projeto de apoio ao autor/escritor e o livro estimulou, no período analisado, a criação de novas bibliotecas em todo território nacional, conforme dados do Guia das Bibliotecas Brasileiras do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (1979). Mas estes números não alcançam grande representatividade se procurarmos conhecer as atuais condições de existência destas bibliotecas. O panorama é o de milhares de bibliotecas públicas espalhadas pelo país com utilidade limitada pelas ausências e precariedades, servindo a um público restrito (estudantes em sua grande maioria) e perdendo espaço junto aos usuários para os recursos da Internet e das redes sociais.

As análises efetuadas neste estudo se estruturaram a partir de discursos gerados por agentes políticos que se instalaram nas estruturas do Estado para efetivar um projeto de desenvolvimento. Este tipo de discurso se reveste de grande poder pois tem por objetivo construir e implantar uma visão de mundo para a sociedade. Mas o contexto social é estruturado a partir de uma vasta pluralidade de discursos que, por sua vez, possuem identidades e dinâmicas próprias. Sob esta compreensão deve-se indagar sobre o discurso da biblioteca pública. Assim, como se caracteriza o discurso da biblioteca pública brasileira no contexto histórico delimitado (1964/1970)?

Considera-se que o texto que moldou o discurso da biblioteca pública brasileira foi o “Manifesto da UNESCO sobre a biblioteca pública” publicado em 1949. Este texto proclamava a crença na biblioteca pública como uma força viva para a educação, cultura e informação e como um agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar para todas as pessoas. Os elementos básicos desta lógica discursiva se baseiam em elementos sociais importantes (educação, cultura, informação, paz, bem-estar social), mas no âmbito deste discurso não se faz presente o aspecto político da atuação da biblioteca pública brasileira, ou seja, não se faz presente o contexto social em que esta biblioteca atua. A partir da compreensão de que a biblioteca pública deve atender a toda a sociedade pode-se considerar que a ação desta biblioteca se dá no encontro das desigualdades sociais, econômicas, educacionais, religiosas e culturais que envolve as diferentes classes sociais.

Assim, este tipo de biblioteca recebe e procura atender todo cidadão/cidadã independente das diferentes condições de vida que o/a envolvem. Esta configuração social diversa gera uma pressão imensa sobre a biblioteca pública brasileira, pois se torna extremamente difícil atender de forma competente tamanha diversidade. Diante desta configuração complexa o discurso da biblioteca pública brasileira não incorpora o aspecto político pois as diferentes condições sociais, econômicas, educacionais e

culturais vivenciadas por seus usuários impossibilitam a geração de um discurso unificado. Tal situação acaba por estimular a geração de um discurso amplo, mas desprovido de representatividade.

Sob esta configuração discursiva a biblioteca pública brasileira não consegue efetivar o princípio que caracteriza suas origens humanistas (biblioteca para o uso de todos). Recuperar estas origens e fortalecê-las pode se constituir numa conquista política que colocaria a biblioteca pública brasileira junto a outras instituições (escola, sindicato, associação de moradores, movimentos sociais e culturais, partidos políticos etc.) que lutam pela ampliação de conquistas e compartilhamento de vivências. Estas convivências podem aproximar diversidades, construir diálogos e fortalecer a democracia e a vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, M. M. 1985. *O Estado e a cultura no Brasil: 1964/1985*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação).

BRASIL. 1979. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Guia das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE/INL, p. 918/921.

BRIGHENTI, N. C. 1982. *Biblioteca pública brasileira: Ideologia e realidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 1982.

CAPARELLI, S. 1986. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Ática.

JAGUARIBE, H. 1985. *Sociedade e Política: Um estudo sobre a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

MEIRA MATTOS, C. de. 1975. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

MORAES, R. B. de. 1983. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal-ABDF, 37 p.

PEREGRINO, U. 1967. INL: Perspectivas. *Revista do Livro*, Brasília, n. 31, p. 84/89, 1967.

PEREIRA, A. 1967. O INL no “Diagnóstico Preliminar da Cultura”. *Revista do Livro*, Brasília, n. 31, p. 120/122.

PINTO, C. R. J. 1986/87. Cultura e ideologia ou como se constrói uma cultura nacional. *Revista de História*, Porto Alegre, v. 1, p. 29-37.

SADER, E. 1982. *Um rumor de botas: A militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Pólis.

SUAIDEN, E. J. 1978. Programa Nacional de Bibliotecas/Instituto Nacional do Livro. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol. 6, n. 1.

FONTES DE PESQUISA HISTÓRICA

BRASIL. 1969. *Instituto Nacional do Livro: Planos, fatos e resultados*. Brasília: 1969. (Relatório de Atividades do INL entre 1967-1969).

BRASIL. 1967. Instituto Nacional do Livro. *Revista do Livro*. Brasília, n.31.

BRASIL. 1967. Instituto Nacional do Livro. *Revista do Livro*. Brasília, n.32.